

## ENTRE O SER E O NÃO SER EDUCADO FINANCEIRAMENTE: O DISCURSO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ESPAÇO ESCOLAR

Luzia de Fatima Barbosa Fernandes<sup>1</sup>; Pedro Henrique da Silva<sup>2</sup>

DOI: <https://orcid.org/10.32760/1984-1736/REDD/2020.v12i1.14011>

### Palavras-chave

Educação Financeira  
Educação Básica  
Sociologia Econômica  
Antropologia Econômica

### Keywords

Financial Education  
Basic Education  
Economic Sociology  
Economic Anthropology

### Palabras clave

Educación Financiera  
Educación básica  
Sociología Económica  
Antropología Económica

### RESUMO

Este artigo objetiva discutir a educação financeira por meio de materiais didáticos produzidos para o desenvolvimento do tema nas escolas de educação básica brasileira. Desencadeada a partir da instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira em 2010, a temática vem sendo debatida no país e gerando um número crescente de publicações específicas. Metodologicamente, apresentamos uma análise documental baseada em autores da Sociologia Econômica e da Antropologia Econômica, e, como material empírico, os livros intitulados *Educação Financeira e Valores*. Com a análise, verificou-se que, quando a temática é vista sob aspectos racionais, os aspectos culturais e sociais são negligenciados, criando, a partir dessa ótica, pessoas educadas ou não financeiramente. Essa educação financeira que vem sendo produzida para a escola básica parece representar um mecanismo de transposição das crenças do capitalismo das finanças em capital cultural. O que essa educação financeira pretende, na prática, é construir socialmente um sujeito consumidor apto a imergir em assuntos financeiros, e, quando esse conhecimento se desenvolve na escola, pode favorecer a promoção de um crescimento econômico do país restrito ao enriquecimento de grandes produtores, no qual os estudantes seriam, a priori, apenas consumidores.

### ABSTRACT

#### AMID BEING AND NOT BEING FINANCIALLY EDUCATED: THE TALK ON FINANCIAL EDUCATION IN SCHOOL ENVIRONMENT

This article discusses financial education through educational materials produced to the development of its theme in Brazilian basic schools. Triggered by the National Strategy for Financial Education in 2010, the discussed theme has generated in the country an increasing of specific publications. Methodologically, we present a documentary analysis based on authors from Economic Sociology and Economic Anthropology, and, as empirical material, the books entitled *Financial Education and Values*. With the analysis, it found that, when the theme is under rational aspects, cultural and social aspects are neglected, producing, from this perspective, people financially educated or not. Financial education has presented to the basic school a mechanism to overpass the beliefs of finance capitalism to cultural capital. What this financial education intends, is form consumers able to immerse in financial matters, and when this skill develops at school, it can support the promotion of economic growth in the country restricted to the enrichment of big producers, in which students would be, at first, just consumers.

### RESUMEN

#### AMID BEING AND NOT BEING FINANCIALLY EDUCATED: THE TALK ON FINANCIAL EDUCATION IN SCHOOL ENVIRONMENT

This article discusses financial education through educational materials produced to the development of its theme in Brazilian basic schools. Triggered by the National Strategy for Financial Education in 2010, the discussed theme has generated in the country an increasing of specific publications. Methodologically, we present a documentary analysis based on authors from Economic Sociology and Economic Anthropology, and, as empirical material, the books entitled *Financial Education and Values*. With the analysis, it found that, when the theme is under rational aspects, cultural and social aspects are neglected, producing, from this perspective, people financially educated or not. Financial education has presented to the basic school a mechanism to overpass the beliefs of finance capitalism to cultural capital. What this financial education intends, is form consumers able to immerse in financial matters, and when this skill develops at school, it can support the promotion of economic growth in the country restricted to the enrichment of big producers, in which students would be, at first, just consumers.

<sup>1</sup> Doutora em educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar - São Carlos, SP e Professora Substituta na Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM - Uberaba, MG. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7931-4886>. E-mail: [luziafbfernandes@gmail.com](mailto:luziafbfernandes@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: [pedrohdsil@gmail.com](mailto:pedrohdsil@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Na sociedade em que vivemos, permeado pelo capitalismo das finanças, assistimos o processo de legitimação do discurso de um tema, colocado como essencial, ser tratado na escola básica: o da educação financeira. No Brasil, após a instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira – Enef –, desencadeou-se a publicação de uma coleção de materiais didáticos sobre o tema para o trabalho nas escolas brasileiras. De acordo com a Enef, a educação financeira é vista como um tema a ser considerado na escola, em que assuntos envolvendo consumo, trabalho, empreendedorismo e cuidado com os produtos e o meio ambiente ganham foco e prioridade.

Em pesquisa publicada pela Revista Exame<sup>3</sup>, divulgou-se que o Brasil ocupa a 74ª posição em um *ranking* global sobre educação financeira. De acordo com a notícia, a informação foi obtida a partir de entrevistas feitas com adultos, mediante questões que buscavam investigar a respeito de quatro conceitos financeiros básicos, a saber: aritmética, diversificação de risco, inflação e juros compostos. Foram feitas cinco questões. Para ser considerado educado financeiramente, avaliou-se o acerto em pelo menos três questões e o domínio em pelo menos três dos quatro conceitos admitidos. De acordo com a pesquisa, no Brasil o índice de indivíduos educados financeiramente foi de 35%. Além disso, notou-se uma diferença de percentual entre os gêneros. A porcentagem dos homens foi de 41% e, das mulheres, 29%. A pesquisa registrou também que, entre os indivíduos de baixa renda, o percentual de pessoas educadas financeiramente é menor.

Para versar sobre esta temática, eleita para ser trabalhada em sala de aula, atentamo-nos para o discurso de autores da Sociologia Econômica e da Antropologia Econômica para tentarmos interpretar a educação financeira e suas intenções na escola.

Essa educação financeira, a nosso ver, busca inculcar nas crianças e jovens hábitos de consumo saudáveis e uma boa relação com o dinheiro, incluindo atitudes de consumidor consciente (CONEF, 2013). Interpretando-a, com base na teoria de Pierre Bourdieu (1930-2002), é como se essa educação financeira buscasse criar um *habitus*, legitimado por atitudes tidas como pertinentes e eficientes para serem ensinadas às crianças e jovens, com o uso de prescrições e regras a serem seguidas buscando subjetivar os sujeitos às objetividades colocadas como corretas e que, ao se valerem da escola, tornam-se legítimas para educá-los financeiramente.

Para Bourdieu (1983, p. 61), o *habitus* é considerado como um sistema de

[...] disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.

Desse modo, tomando o *habitus* como disposições duráveis, o indivíduo educado financeiramente seria portador de atitudes com relação ao dinheiro consideradas saudáveis.

Nossa intenção neste artigo é discutir, por meio dos discursos sobre educação financeira para a escola, assuntos como o consumo e suas interpretações pela Sociologia Econômica e Antropologia Econômica. Os autores dessas áreas de conhecimento, de acordo com as teorias que empreenderam, nos fornecem um modo de ver a educação financeira que não está presente nos materiais disponíveis, e com o qual buscaremos dialogar. Pretendemos também versar sobre a educação financeira como um capital cultural (BOURDIEU, 2015), entendendo-a a partir dos três estados desse capital, bem como ler os materiais didáticos como artefato histórico (STRATHERN, 2014).

Considerando as produções didáticas sobre o tema, elegemos para a discussão os livros *Educação Financeira e Valores*, volumes I e II (HORNOS, 2015), os quais, à luz dos teóricos contemplados, podem evidenciar os aspectos da educação financeira produzida para a escola brasileira. De acordo com esses materiais didáticos, é como se a racionalidade e a objetividade empregadas em assuntos financeiros fossem primordiais para ser educado financeiramente. No entanto, entrevemos que, com os pressupostos da Sociologia Econômica e da Antropologia Econômica, a educação financeira possa ser estudada também como um tema imerso no contexto social, no qual as atitudes, perante o consumo ou a administração das finanças, passem a ser consideradas como resultante das interações sociais entre os agentes, e não como uma decisão racional entre comprar por necessidade ou desejo.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/brasil-e-o-74o-em-ranking-global-de-educacao-financeira/>>. Acesso em: 23 maio 2017.

A hipótese que sustentamos é a de que o modelo de educação financeira como tema a ser abordado na escola básica, com suas prescrições e regras de consumo que pretendem ser disseminadas por meio dos materiais didáticos, podem proporcionar, ao longo do tempo, atitudes nos estudantes sobre a forma correta de usarem o seu dinheiro com o critério da racionalidade. Nossa intenção neste artigo, consolidada na discussão de teóricos da Sociologia Econômica e da Antropologia Econômica, é explicitar que a não contemplação do caráter simbólico e cultural nas discussões sobre consumo, por exemplo, pode acarretar em uma educação financeira que não pressupõe os fatores sociais que influenciam nessas decisões.

Desse modo, em nosso entendimento, os estudantes que expõem dificuldades com o tema podem ser vistos como não educados financeiramente, legitimando assim o discurso sobre as razões da inadimplência e o insucesso na vida econômica, sujeitos ao fracasso enquanto agentes/consumidores no mundo social e econômico.

Metodologicamente, o artigo se inspira em uma análise documental<sup>4</sup>, que leva em conta as informações colhidas nos documentos produzidos com a instituição da Enef, envolvendo os materiais didáticos produzidos pelo Comitê Nacional de Educação Financeira – Conef. Para análise da temática na escola, analisaremos os livros didáticos *Educação Financeira e Valores* (I e II), publicados pela editora FTD. Como suporte teórico, dialogaremos com autores como Bourdieu, Abramovay, Müller, Jardim, entre outros.

O artigo está estruturado da seguinte forma: a apresentação do tema nessa introdução; três itens nos quais discutiremos a educação financeira e o discurso de legitimação do tema no espaço escolar e, por fim, um texto de conclusão no qual tentaremos inferir sobre alguns sentidos que empreendemos neste estudo. No item 1, articularemos a questão do percurso do tema e sua inserção na escola; no item 2, examinaremos o material didático publicado pela FTD a fim de entender como a autora dos livros tem estruturado o tema para crianças e jovens; e, no último item, focalizaremos a temática à luz da teoria sobre capital cultural de Bourdieu e como parte de um todo.

#### **A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ESPAÇO ESCOLAR BRASILEIRO**

O tema da educação financeira foi recentemente incorporado na *Base Nacional Comum Curricular – BNCC* –, mas assuntos relacionados ao tema já vem sendo articulados no espaço escolar, como, por exemplo, indicado nos *Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN* – envolvendo tópicos como consumo, trabalho e meio ambiente (BRASIL, 1997, 2018).

Em 2010 instituiu-se a Estratégia Nacional de Educação Financeira – Enef – objetivando trabalhar a temática no país incluindo a escola de educação básica. No Artigo nº 1 da Enef consta que ele tem por finalidade “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010). Por meio da Enef criou-se o Comitê Nacional de Educação Financeira – Conef –, responsável por “[...] definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF” (CONEF, 2013), que por sua vez criou o Grupo de Apoio Pedagógico para assessorar o Comitê quanto aos assuntos pedagógicos (BRASIL, 2010).

Para justificar a necessidade de um programa como esse no país, alguns fatores foram considerados, como, por exemplo, alterações na distribuição de renda e o acesso da população a diversos produtos financeiros, o que pode ter contribuído para cenários de inadimplência e endividamento, concluindo-se que

[...] as pessoas não planejam seus gastos no longo prazo, demoram para se preparar financeiramente para a aposentadoria, não estão completamente cientes dos riscos e dos instrumentos para a sua proteção, têm dificuldades em tomar decisões a respeito de empréstimos e investimentos, e são vulneráveis a fraudes (OCDE, 2013, p. 2).

Levando em consideração a realidade brasileira, a Enef – inspirada no conceito de Educação Financeira dada pela OCDE – determina que esse é um processo capaz de levar as pessoas e a sociedade como um todo a uma melhor compreensão de assuntos atinentes às finanças. Nessa compreensão, busca-se desenvolver competências que conduzam à consciência de oportunidades e riscos e que as pessoas possam adotar “ações

<sup>4</sup> Alguns documentos e materiais considerados neste artigo compõem os materiais analisados na pesquisa de doutorado da primeira autora.

que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” (OCDE, 2013, p. 3).

Para nortear o trabalho em escolas de educação básica, publicou-se uma coleção de materiais didáticos referentes aos 12 anos de escolarização – ensinos Fundamental e Médio – com um modelo pedagógico que teve como objetivo a construção de um pensamento financeiro sólido nos jovens e o desenvolvimento de comportamentos relacionados à autonomia e que sejam saudáveis (OCDE, 2013).

Com o desencadeamento do trabalho com o assunto nas escolas, vimos surgir um mercado editorial sobre a temática. São várias editoras e autores publicando, visando suprir a ausência de materiais didáticos específicos – ausência que se justifica pela recente inserção do tema nas escolas. Destacamos, neste momento, os materiais da Editora DSOP, que possui uma coleção de livros destinados à Educação Infantil e à Educação Básica intitulada Coleção Dsop de Educação Financeira (DOMINGOS, 2001)<sup>5</sup>, e paradidáticos sobre o tema; Editora FTD, com a publicação de livros voltados para o Ensino Fundamental I e II, intitulado Educação Financeira e Valores (HORNOS, 2015), bem como os livros publicados pelo Comitê Nacional de Educação Financeira, já mencionados neste texto, com a finalidade de trabalhar a temática desde o 1º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio, com o título Educação Financeira nas escolas (CONEF, 2013, 2014).

Como a educação financeira aqui em foco se conjuga ao trabalho em sala de aula, cabe salientar alguns aspectos da teoria de Bourdieu sobre este cenário. Hey e Catani (2008), que tratam sobre a teoria do autor, fazem uma importante observação sobre o trabalho do sociólogo francês. Eles relatam que Bourdieu procurou compreender as formas de dominação de determinados grupos sobre outros na sociedade, ou seja, insistiu na

[...] compreensão de como e por que pequenos grupos de indivíduos conseguem se apoderar dos meios de dominação, permitindo nomear e representar a realidade, construindo categorias, classificações e visões de mundo às quais todos os outros são obrigados a se referir (HEY; CATANI, 2008, p. 62).

Para os autores, a escola como um espaço que legitima a cultura das classes privilegiadas tem seu ensino voltado para a autenticação de conhecimentos dessas classes, criando um espaço onde há a dominação de certos conteúdos que presumem “representar a realidade” como única e verdadeira.

Para Valle (2013, p. 424), “[...] a cultura não é um conjunto de transmissões transcendentais, mas um conjunto de atitudes, de modos de ver, pensar e sentir”, existindo assim, diversas culturas. E continua dizendo que nas “[...] sociedades desiguais, o grupo dominante tende a fazer reconhecer sua cultura como a única cultura legítima, ocultando os mecanismos de imposição de seu ‘arbitrário cultural”.

Nesse sentido, vemos que, se a educação financeira torna-se um conhecimento legitimado nas escolas, valores e visões das classes dominantes são legitimadas, abarcando tipos específicos de consumo voltados a satisfazer interesses desses grupos específicos. Igualmente, os ideais que permeiam algumas publicações sobre a educação financeira querem prescrever como os indivíduos devem se comportar diante de uma compra, como devem fazer uma escolha e outras ações favoráveis a alguns agentes financeiros que estão envolvidos no discurso e que visam controlar a economia do país.

Portanto, esses diversos materiais didáticos, impulsionados pelo mercado editorial concernente à temática da educação financeira, buscam inculcar nas pessoas mais um modo de consumir do que proporcionar estratégias para problematizar o porquê do consumo e as necessidades implicadas que, muitas vezes, são criados pelo próprio sistema financeiro.

#### **A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

O material didático do *Programa Educação Financeira nas Escolas*, publicado por iniciativa da Enef, contém atividades que almejam trabalhar a Educação Financeira nas duas dimensões propostas pelo programa: a espacial e a temporal. O objetivo proposto é fazer com que os estudantes sejam capazes de compreender as relações entre a sua vida individual e a sociedade, a fim de assimilarem suas atitudes como ações que podem modificar não só a sua vida particular, como também o mundo social a sua volta. Visando a uma formação voltada para a cidadania, constam no material alguns objetivos e competências a serem desenvolvidos. Os conhecimentos que abrangem a Educação Financeira têm por objetivo o desenvolvimento de competências que preparem o estudante a,

<sup>5</sup> DOMINGOS, R. *Coleção DSOP de Educação Financeira*. São Paulo, SP: DSOP, 2001.

[...] consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento retorna para as pessoas sob a forma de serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, numa relação saudável das partes com o todo (CONEF, 2013, p. 1).

Para alcançar esses objetivos, os conteúdos devem ser disponibilizados de forma progressiva. São atividades criadas especificamente para cada grupo de estudantes, conforme a faixa etária, que começam no primeiro ano e vão até o terceiro ano do Ensino Médio.

Para além da publicação do material didático pelo Conef, expomos neste artigo a análise do material publicado pela Editora FTD. Seguem os livros que serão examinados:

**Quadro 01** - Livros didáticos selecionados para a análise.

ANO DE PUBLICAÇÃO	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	NÍVEL ESCOLAR
2015	HORNOS, A. P. Educação financeira e valores: ensino fundamental I. São Paulo: FTD, 2015. A obra conta com o Livro da Família.	1º ao 5º ano do Ensino Fundamental
2015	HORNOS, A. P. Educação financeira e valores: ensino fundamental II. São Paulo: FTD, 2015. A obra conta com o Livro da Família.	6º ao 9º ano do Ensino Fundamental

**Fonte:** Arquivo dos autores.

Esses livros selecionados são de caráter didático e se direcionam aos estudantes do Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano. De acordo com a Editora FTD, já de bastante visibilidade no mercado de materiais didáticos<sup>6</sup>, a publicação na temática foi desencadeada pelo interesse da autora Ana Paula Hornos. Formada em Engenharia pela USP e MBA em finanças pelo Insper, ela possui especialização pela FVG e pelo *International Institute for Management Development*, na Suíça. Além de autora, ela atua como educadora financeira e também como coach, palestrante e mediadora de conflitos<sup>7</sup>. Ademais da publicação do material didático pela FTD, a autora possui duas outras publicações na área<sup>8</sup>.

Neste artigo, analisaremos apenas os livros publicados pela Editora FTD. Nesses livros, a educação financeira se sustenta em pressupostos da ciência econômica e em estudos sobre Psicologia, além de obras tangentes à educação, aos valores e à ética.

No início da obra, a autora dá indicações de que o material, que busca unir os conceitos de educação financeira com os valores humanos, se propõe a realizar uma educação integral, auxiliando os estudantes em seu crescimento enquanto cidadão consciente. Para a autora, como o dinheiro tem uma “participação importante em nossa vida”, o melhor é saber lidar com ele adotando um bom gerenciamento de recursos e aprendendo a estabelecer prioridades (HORNOS, 2015).

É importante sublinhar também que a autora menciona que os livros, ao usarem uma linguagem simples e acessível, permitirão o desenvolvimento de alguns conteúdos matemáticos, incluindo aqueles da matemática financeira. Com essa indicação, os livros lançados pela autora mostram uma convergência com os documentos oficiais. Os PCN, a Enef e a BNCC sugerem que, com o trabalho na temática da educação financeira, a proposta é articular conteúdos da disciplina matemática e, mais especificamente, aqueles próprios da matemática financeira.

Os livros valem-se de uma linguagem próxima do universo financeiro. Possui seções identificadas como ampliação do patrimônio, investindo no conhecimento, consumindo o texto, entre outros. Ao trabalhar sobre o valor das coisas, além do cunho financeiro, consideram-se também valores sentimentais e morais relaciona

<sup>6</sup> De acordo com a escolha do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), de 2017, as cinco editoras que mais venderam para o MEC foram, respectivamente: FTD, Ática, Saraiva, Moderna e SM. Informações disponíveis em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/4864/entenda-o-pnld-e-saiba-quais-sao-os-livros-didaticos-mais-distribuidos-em-2017>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

<sup>7</sup> Informações retiradas do site da autora. Disponível em: <<https://www.anapaulahornos.com.br/perfil.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

<sup>8</sup> HORNOS, Ana Paula. *O bê a bá do dinheiro*. Editora: Scortecci. 2014. Livro didático. Público: Ensino Fundamental (4º ao 6º ano). HORNOS, Ana Paula. *Crise Financeira na Floresta*. Editora: Geração Zinha. 2015. Livro paradidático. Público: Ensino Fundamental (3º ao 7º ano).

dos a determinado bem que possuímos. Nesse aspecto, as atividades propõem dar importância na discussão com os estudantes a esses outros valores.

No texto do livro (volume I), ao abordar o tema do consumo, ressalta-se a importância de se diferenciar desejo de necessidade. Para Hornos (2015),

[...] as necessidades são os aspectos básicos da condição humana: alimentar-se, vestir-se, ter um lugar para morar etc. Elas variam de pessoa para pessoa, de família para família e são específicas da época em que se vive. Os desejos são manifestações da nossa vontade: um televisor maior, um celular com mais recursos. É possível controlar, mudar e adiar os desejos (HORNOS, 2015, p. 49).

Na discussão citada acima sobre desejos e necessidades, relacionam-se somente bens consumíveis que se diferem quanto aos aspectos ligados ou não à primeira necessidade. As discussões não abordam a temática de forma mais ampla, com a inclusão do aspecto simbólico do que consumimos.

Essa educação financeira ortodoxa calcada na racionalidade, típica do universo econômico, tende a valorizar um cálculo racional e consciente para o consumo, enquanto, seguindo os pressupostos de Bourdieu sobre as estruturas sociais, esse cálculo não é puramente racional ou consciente. As pessoas tenderiam a possuir um senso prático, ou como afirma o autor, o senso do jogo, um *habitus*, que orquestraria suas decisões de consumo, que estariam de acordo com as condições objetivas de cada um. Os sujeitos investem no que lhes é mais rentável, e o rendimento aqui não é só financeiro, é também simbólico, ou seja, consumir algo pode representar um investimento no capital social. O consumo passa por disposições e estratégias diferentes em cada grupo social. Elas oscilam de acordo não somente com o capital econômico, mas abrangem também outros tipos de capital.

As classes que possuem menos volume de capital (social, econômico, político) estão mais sujeitas ao consumo material e utilitário das coisas. Procuram comprar produtos que lhe tragam um retorno imediato escolhendo somente o necessário (BOURDIEU, 2017). Para o autor, ao inculcar objetivamente as chances do que consumir ou não, cria-se nos agentes um senso prático, que determina o espaço dos possíveis, interferindo nos tipos de sonhos que podem ter. Em uma comparação com a economia, quando os riscos são altos (poucas chances de retorno) há baixo investimento (por exemplo, as classes populares com a educação). Outro fator que interfere é o retorno em longo prazo. Tendo em vista que os capitais econômicos e sociais são reduzidos, o retorno dos diplomas fica comprometido, pois esses capitais precisam ser mobilizados; desse modo, buscase por estudos mais curtos, como, por exemplo, os cursos técnicos, que preparam mais rapidamente para o mercado de trabalho.

Já as classes médias são as que mais investem na educação dos filhos. Conseguem vislumbrar um retorno seguro dos investimentos na educação, principalmente porque acreditam na ascensão social propiciada pela escolarização. Uma característica dessa camada da sociedade é que estão propensos à poupança, pois estão dispostos a renunciar aos prazeres do consumo imediato para esperar uma recompensa futura.

Assim como a compreendemos, a educação financeira trabalhada por Hornos (2015) tem essa característica. A autora fala para um público que tem uma vida financeira estável, tranquila, pois a linguagem utilizada, com exemplos de investimentos, poupança e doação nos parecem se aproximar desse público. Na camada mais popular, esse discurso não tem sentido, uma vez que a escassez de recursos os impedem de mobilizar recursos extras para a poupança.

Por outro lado, a ideia de quem ganha pouco é quem precisa se planejar é naturalizada na sociedade. Para a antropóloga Lucia Müller<sup>9</sup>, esse discurso nem sempre é verdadeiro, ou seja, quem tem pouco recurso financeiro também pode ter uma boa educação financeira, e acrescenta, “[...] quem mais sabe lidar com dinheiro é quem tem pouco” (MÜLLER, 2014).

Com as mudanças ocorridas no mundo das finanças e com as novas informações sobre os produtos financeiros, se faz necessária uma Educação Financeira que aborde essas questões. Para Müller (2014), essa Educação Financeira deve ser dirigida a todos os públicos, das classes populares e da classe média. Para a autora, é preciso desenvolver uma alfabetização sobre o sistema que envolve as finanças.

Para a antropóloga, o discurso da Educação Financeira para as classes populares tem um tom moralista,

<sup>9</sup> Lúcia Helena Alves Müller é Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS. Reportagem disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=smEwIC8BGfE>>. Acesso em: 08 fev. de 2018.

tornando falsa a ideia de que os indivíduos dessa classe não saibam lidar com dinheiro. E acrescenta que, o que está em discussão não é a capacidade intelectual desses indivíduos, mas sim a “lógica da inserção” no mercado financeiro, que seria o motivo das classes populares serem vulneráveis, por exemplo, ao endividamento (MÜLLER, 2014). Para compreender essa inserção, segundo a autora, ela deve ser interpretada sob o ponto de vista das condições que foram criadas pelas instituições bancárias e oferecidas a esse público. Ao considerar que vivemos em um sistema capitalista, o acesso ao crédito configura-se uma inclusão, mas é preciso ter atenção a todas as variáveis que essa inclusão implica, ressalta a autora.

Para as atividades a serem articuladas na escola, por meio do material didático proposto (HORNOS, 2015), tudo se passa como se a decisão de consumo se baseasse em precisar ou não do produto, evitando ser impulsivo. Nesse sentido, discussões sobre a necessidade ou não do produto é a explicação para o indivíduo decidir ou não pela aquisição. Na interpretação de Bourdieu (2017), as diferentes posições dos agentes no espaço social interferem nas despesas que são definidas como necessidades. Para o autor, “[...] a loucura de uns é a necessidade primordial dos outros” (p. 351). Desse modo, definir um item de necessidade, implica, por essa lente teórica, falar do gosto, de certo *habitus* de classe, associado à posição do agente na classe social a qual pertence. Bourdieu (2017) relata que, para as classes populares,

[...] a necessidade abrange perfeitamente tudo o que se entende, habitualmente, por esta palavra, ou seja, a privação inelutável dos bens necessários. A necessidade impõe um gosto de necessidade que implica uma forma de adaptação à necessidade e, por conseguinte, de aceitação do necessário, de resignação ao inevitável [...] (BOURDIEU, 2017, p. 350).

Nesse sentido, ainda que um agente da classe popular adquira, de forma repentina, capital econômico suficiente para consumir outros bens, fora do que é necessário para ele, mesmo assim, nessa nova condição, talvez não consuma produtos que ele antes considerou desnecessário.

Devemos deduzir também que, pressupondo o aspecto simbólico do consumo, os bens vistos como desnecessários não são julgados como desperdício, pois o consumo pode significar um “certo estilo de vida” e, portanto, serem vistos como uma aplicação “que permite acumular capital social” (BOURDIEU, 2017, p. 351). Ou seja, consumir sempre poderá ser interpretado como algo imprescindível. Para uns, o consumo está estreitamente ligado a atender demandas básicas de alimentação, saúde e bem-estar; para outros, a necessidade poderá estar vinculada a um rendimento em capital social crucial para se manter no grupo social a que pertence.

Para a Economia, esse consumo é visto de forma diferente. Nesse caso, o indivíduo teria total autonomia nas escolhas dos produtos a consumir, não importando os motivos de rentabilidade dados pelo meio social. Abramovay (2004) assevera que, nesse sentido, o consumo

[...] é a expressão máxima da racionalidade humana: cada indivíduo tem sua curva de preferências e, independentemente da maneira como ela é formada, obedece a regras de funcionamento invariáveis quanto à relação entre meios e fins. O pressuposto aqui é a completa autonomia do indivíduo em suas escolhas. Sua preferência é irreduzível a qualquer instância ou esfera explicativa que não seja o que ele efetivamente fez por meio de suas escolhas (ABRAMOVAY, 2004, p. 43).

No entanto, de acordo com os pressupostos da Sociologia Econômica, a interpretação pode ser diferente. Segundo Abramovay (2004),

A sociologia econômica contemporânea tem justamente essa característica de conceber os mercados como resultados de formas específicas, enraizadas, socialmente determinadas de interação social, e não como premissas cujo estudo pode ser feito de maneira estritamente dedutiva (ABRAMOVAY, 2004, p. 44).

Nesse sentido, com base na discussão apresentada sobre alguns aspectos presentes no livro didático da Hornos (2015), nossa indicação é de que a educação financeira preparada para o universo da sala de aula tem seus pressupostos em conhecimentos da Economia e não pretendem questionar diversos assuntos na sua interface com o mundo social. Exemplo disso encontramos na argumentação sobre o consumo, explicitado anteriormente.

### A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO CAPITAL CULTURAL E PARTE DE UM TODO

Para ampliarmos o questionamento dos conhecimentos alusivos à temática da educação financeira, vamos interpretá-la como um capital cultural. De acordo com Bourdieu, julgamos que o capital cultural se vincula às atividades culturais, tais como visita a museus, ouvir determinadas músicas, gosto pelas obras de arte etc. De forma análoga, vislumbramos que, de acordo com o contexto estudado neste artigo, conhecer melhor o mundo financeiro e obter lucros graças a um bom desempenho nesse mundo é uma forma de possuir uma espécie de capital cultural, tendo em vista estarmos inseridos em uma cultura de cunho capitalista, em que o dinheiro é uma peça fundamental em sua dinâmica. Portanto, reunir aprendizados de como lidar de forma eficiente com o dinheiro nos parece, analogicamente, possuir um tipo de capital cultural.

Pela discussão dos três estados do capital cultural de Bourdieu (2015), atentamo-nos para os três estados da educação financeira escolarizada<sup>10</sup>. O primeiro é o institucionalizado, definido pela sua inserção na escola básica e pela instauração de cursos de formação do professor para capacitá-los a trabalhar com o tema em sala de aula. O segundo estado é o objetivado. Aqui incluímos os materiais didáticos produzidos, as pesquisas acadêmicas sobre o tema e outros recursos materiais utilizados. E, por último, a forma incorporada, representada por um *habitus* de um agente educado financeiramente, no qual haveria disposições para uso consciente do dinheiro.

Para Bourdieu (2015), esse estado incorporado são “disposições duráveis do organismo”. Desse ponto de vista, “exige uma *incorporação* que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, *custa tempo* que deve ser investido *pessoalmente* pelo investidor” (BOURDIEU, 2015, p. 82, grifos do autor).

A produção de materiais didáticos, tal como a coleção publicada pelo Conefe e os livros publicados pela Editora FTD, compõe o estado objetivado da educação financeira. Nesse caso, a educação financeira é transmissível em sua materialidade.

Já os cursos de especialização e as pesquisas acadêmicas conferem aos agentes, ou, em nosso caso, aos professores/educadores, uma forma institucionalizada da educação financeira. Em alguns casos, esses cursos lhes conferem o título de *educadores financeiros*. Os que possuem essa forma institucionalizada executam o que Bourdieu (2015, p. 87, grifos do autor) chama de “[...] magia *performática* do *poder de instituir*, poder de fazer ver e de fazer crer, ou, numa só palavra, de fazer *reconhecer*”. Esse capital cultural institucionalizado pode ser transmutado em capital econômico que, em nosso caso, entendemos como a venda de palestras, cursos e materiais produzidos.

Em nosso parecer, então, sobre a inserção da educação financeira no ambiente escolar como um processo de escolarização de temas financeiros e afins, o que se procura é a forma incorporada da educação financeira. Quando esses saberes, em sua forma incorporada nos estudantes, tornam-se práticas ou disposições duráveis, os estudantes passam a ser vistos como educados financeiramente. Para Bourdieu (2015, p. 83), o capital cultural em sua forma incorporada é “[...] um ter que se tornou ser”, ou seja, se tornou corpo e, portanto, um *habitus*.

Diante dessa discussão e levando em conta as atividades que trabalham o tema na escola, percebemos que a educação financeira escolarizada, vista como um capital cultural, será mais bem assimilada por estudantes que, no âmbito familiar, já estejam imersos em um universo de controle de gastos e de consumo consciente. Nesse sentido, entendemos a proposta da Enef em fazer com que os estudantes se tornem multiplicadores desses conhecimentos, levando para suas casas e sociedade o que aprenderam no âmbito escolar.

Diante do exposto até então, outro ponto relevante a ser levantado na discussão está na análise dos livros didáticos como um artefato histórico. Segundo Strathern (2014, p. 493), artefatos são “[...] itens que são simultaneamente significativos em sua especificidade e dão acesso a entendimentos mais amplos”. Dessa forma, o material didático carrega um conjunto de conhecimentos responsável pelo entendimento do mundo e pela forma na qual são constituídas relações para o entendimento de uma parte e ao mesmo tempo de um todo, tido como educação financeira. O material didático temático, além de ser compreendido como formação de *habitus*, pode ser identificado como uma parte de conhecimentos, que em seu contexto e conjunto de ações, apresenta-se a educação financeira.

Em face do material estudado, os livros, por eles mesmos, como estão relacionados a um conjunto amplo de informações, traduzem a maneira de compreender o contexto no qual estão inseridos. Dessa forma, ao analisarmos o material produzido como um artefato, como uma parte representando o todo, conseguimos observar as noções de conhecimento não só de educação financeira, mas também do significado de Economia

<sup>10</sup> Pensamos que escolar é algo que apenas diz respeito à escola, enquanto escolarizada nos dá uma dimensão de submissão ao ensino, ou seja, o que pode e passa a ser ensinado, em nosso caso a educação financeira.

nele implícito.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentados nas discussões estabelecidas nos itens anteriores, atentando à educação financeira no espaço escolar brasileiro, no material didático para a educação básica e a educação financeira como capital cultural e parte de um todo, esboçamos uma interpretação para o *habitus* de consumidor que essa educação financeira busca inculcar nos jovens brasileiros.

Todos os discursos sobre endividamento e crise no sistema econômico deixaram um cenário propício para a construção social do mercado da educação financeira escolarizada no Brasil. A instituição da Enef (2010) e as orientações contidas no documento da BNCC (2018), são fatores que fortaleceram e legitimaram a inserção da temática em sala de aula.

No material didático analisado, procura-se trabalhar a educação financeira num espectro somente objetivo (objetivação de situações envolvendo as finanças), quando na realidade não são fatores puramente objetivos que permeiam uma decisão de compra. Entendemos que, nesse aspecto, é como se os conhecimentos lógicos, matemáticos e racionais, fossem suficientes para formar um consumidor consciente. Mesmo pressupondo valores éticos e morais, as discussões sobre necessidades e desejos não integraram os aspectos simbólicos que o consumo pode representar.

Esses conhecimentos, quando introduzidos na escola, que é um espaço legitimado, tornam-se conhecimentos voltados para a centralidade no racionalismo e no conhecimento científico. Quando inseridos em um modelo de escola democrática, com princípios voltados para o individualismo e a autonomia dada ao estudante, temos uma educação financeira escolarizada que atende a esses princípios. Para Nogueira (2009),

[...] o objetivismo tenderia a descrever as regularidades que estruturam um espaço social e a supor que os sujeitos obedecem às regras dessa estruturação, sem demonstrar como essas regras, de fato, operam na prática como princípios estruturantes das ações e representações dos sujeitos e são reproduzidas nesse processo (NOGUEIRA, 2009, p. 23).

Esse objetivismo está presente na educação financeira que é colocada para o ambiente escolar. Nessa educação, os sujeitos são induzidos a calcularem seus gastos levando em consideração consumos escolhidos racionalmente entre o que é desejo e o que é item de necessidade, com a utilização de fórmulas e planilhas. De acordo com isso, se a receita for positiva, define-se que esse indivíduo é educado financeiramente, ou seja, atende aos padrões de alguém que “gasta menos do que ganha”.

Portanto, avaliamos que a educação financeira, quando interpretada sociologicamente, nos possibilita captar os aspectos sociais envolvidos na temática. O método de busca do conhecimento do mundo social proposto por Bourdieu, a saber, o método praxiológico, propõe resolver os problemas do olhar puramente subjetivista ou objetivista, no qual se estaria preocupado em entender como as estruturas objetivas “encontram-se interiorizadas nos sujeitos constituindo um conjunto estável de disposições estruturadas que, por sua vez, estruturam as práticas e as representações das práticas” (NOGUEIRA, 2009, p. 24). Tendo em vista isso, reforçamos que a educação financeira inculcada pela escola pretende constituir um tipo *habitus* que, em nossa ponderação, só se realizará se as condições sociais dos estudantes estiverem próximas das discussões desenvolvidas na escola. É como levar em conta as “bases sociais do sucesso escolar” (NOGUEIRA, 2009, p. 75), em que as aptidões culturais e linguísticas de origem contribuem para o sucesso escolar ou o fracasso.

Para ampliar a discussão, vamos trazer alguns aspectos da Sociologia Econômica. Inspirado em Abramovay (2004), que faz uma discussão sobre o mercado, tem-se que duas faces bem opostas são assim colocadas, uma enaltecida e outra demonizada. Jardim (2015), analogicamente, trata o mercado como fato social total interpretando-o como algo “[...] nem sagrado, nem profano” (p. 7). Para Jardim e Campos (2012), a Sociologia Econômica situa o mercado em oposição àquele da teoria econômica clássica. Segundo os autores,

[...] trata-se de uma formação historicamente definida no tempo e no espaço, formada por indivíduos, os quais, diferentemente do *homo racional* pregado pelos economistas, são homens e mulheres de carne e osso, cujas decisões, **nada racionais**, são orientadas pela cultura e pela formação simbólica na qual estão envolvidos (JARDIM; CAMPOS, 2012, p. 1, grifos dos autores).

Nessa perspectiva, para Jardim (2015), a Economia, ao disseminar uma interpretação do mercado baseada nos cálculos racionais, acaba produzindo e reproduzindo uma ideia de indivíduos considerados “racionais, livres, interesseiros” e que buscam sempre a otimização ao empregar os seus recursos, supondo-os em um ambiente que seja livre de intervenções dadas pela cultura e pelo social. Para a autora, as consequências desse tipo de interpretação, depois de naturalizadas, acabam por legitimar “[...] as desigualdades econômicas e sociais” na sociedade (JARDIM, 2015, p. 8).

O material de educação financeira produzido para a escola brasileira traz os fundamentos da Economia clássica como referência. Outras discussões presentes no material remetem à psicologia ou, considerando o ambiente escolar, livros relacionados às disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, tomadas pelo material como disciplinas que devem ser desenvolvidas pressupondo o contexto da educação financeira. Portanto, admitidas as ideias contidas nesse material e, de acordo com Jardim (2015), a educação financeira desenvolvida para a escola, desde a instituição da Enef, pode ter como consequência a inculcação de um indivíduo racional que pretende, mediante um planejamento e organização dos gastos, maximizar o rendimento de seus recursos financeiros, marcadamente racional, em que, para se fazer uma boa escolha de compra, basta pensar entre a necessidade e o desejo. Isso configuraria, para Bourdieu (2006, p. 21), uma visão escolástica do mundo expressa “no mito do *homo economicus*”.

Para o caso brasileiro, dadas as nossas necessidades e pluralidade cultural, pensar em introduzir as discussões de caráter sociológico parece ser perfeitamente pertinente. Uma educação financeira brasileira fundada em pressupostos da Sociologia Econômica e da Antropologia Econômica se mostram eficientes por estimularem certas discussões importantes para a nossa realidade.

Em vista da análise empreendida neste artigo, a educação financeira projetada para a Educação Básica brasileira, parece traduzir um mecanismo de transposição das crenças do capitalismo das finanças em capital cultural. Isso por que a educação financeira da escola vai muito além da transmissão de um conteúdo útil e de formação para os estudantes, pois evidencia o propósito de constituir, na prática, em uma verdadeira construção social, um sujeito consumidor apto a imergir em assuntos financeiros. Destarte, esse conhecimento na escola promove um crescimento econômico que tende a favorecer os grandes produtores, no qual os estudantes seriam, a priori, apenas consumidores de uma *doxa* dominante.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o Diabo. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017. 556 p.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 79-88.

BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Campo das letras. 2006. 338 p.

BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. **Sociologia**. São Paulo, SP: Ática, 1983, p. 122-155.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1997. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2018.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC\\_19dez2018\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf)> Acesso em: 17 jan. 2019.

CONEF. **Educação financeira nas escolas: ensino fundamental**. 1. ed. Elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Brasília, DF: CONEF, 2014.

CONEF. **Educação financeira nas escolas: ensino médio**. Elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Brasília, DF: CONEF, 2013.

HEY, A. P.; CATANI, A. M. Bourdieu e a Educação. **Cult: Revista Brasileira de Cultura**, n. 128, ano 11, set/2008.

HORNOS, A. P. **Educação Financeira e Valores**. vol. I. São Paulo, SP: FTD, 2015.

HORNOS, A. P. **Educação Financeira e Valores**. vol. II. São Paulo, SP: FTD, 2015.

JARDIM, M. C. Nem sagrado, nem profano: mercados como fato social total. *In*: JARDIM, M. C. (Org.). **MercadoS: Nem sagrado, nem Profano**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, p. 7-18, 2015.

JARDIM, M. C.; CAMPOS, R. A. A construção social dos mercados e a crítica da Ciência Econômica. **REDD** – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012.

NOGUEIRA, M. A. **Bourdieu e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 126 p.

OCDE, Brazil: Implementing the National Strategy. *In*: **Advancing National Strategies for Financial Education**. Presidência Russa do G20 e OCDE, 2013. Disponível em: <[http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20\\_OECD\\_NSFinancialEducation.pdf](http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2016.

STRATHERN, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. São Paulo: Cosac Naify, 2014. 493 p.

VALLE, I. R. O Lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 13, n. 38, p. 411-437, jan./abr. 2013.